

Dierle Nunes
Natanael Lud Santos e Silva
Flávio Quinaud Pedron

DESCONFIANDO DA IMPARCIALIDADE DOS SUJEITOS PROCESSUAIS

um estudo sobre os vieses
cognitivos, a mitigação de seus
efeitos e o *debiasing*

Livro com fomento da Fundação VALLE FERREIRA



Fundação Professor
VALLE FERREIRA
Faculdade de Direito -
UFMG

2018

 EDITORA
JUSPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 164, Ed. Marfina, 1º Andar – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: ☞ Ana Caquetti

ISBN: 978-85-442-2347-5

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	25
2. PSICOLOGIA COMPORTAMENTAL COGNITIVA, HEURÍSTICAS, VIESES DE COGNIÇÃO E FORMAS DE TOMADA DE DECISÃO – UMA INTERFACE DA NEUROCIÊNCIA COM O DIREITO	41
2.1. A psicologia comportamental cognitiva	44
2.2. Neurociência e psicologia cognitiva - heurísticas e vieses	47
2.2.1. As heurísticas do pensamento	49
2.2.2. As duas formas de pensar e os vieses de cognição (cognitive biases)	59
3. OS VIESES DE COGNIÇÃO E A ATIVIDADE JURISDICIONAL: O PROBLEMA DA INTERFERÊNCIA COGNITIVA NA DIMENSÃO DA PROCESSUALIDADE DEMOCRÁTICA	69
3.1. O viés de confirmação (<i>confirmation bias</i>)	80
3.2. O viés de trancamento (<i>lock-in effect</i>)	91
3.3. O viés de retrospectiva (<i>hindsight bias</i>)	98
3.4. Viés de ancoragem e ajustamento (<i>anchoring and adjustment bias</i>)	102
3.5. Viés de <i>status quo</i>	115

3.6. O viés de aversão à perda.....	120
3.7. <i>O viés tecnológico: machine learning e os desafios da inteligência artificial no direito</i>	125
4. A PROPOSTA DE UMA TEORIA NORMATIVO-PRAGMÁTICA DA RACIONALIDADE E DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA COM ROBERT BRANDOM.....	151
5. MODELO DEMOCRÁTICO DE PROCESSO: PROCESSO CONSTITUCIONAL, IMPARCIALIDADE E TEORIA NORMATIVA DA COMPARTICIPAÇÃO – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA AS PROPOSTAS DE MITIGAÇÃO DOS VIESES DE COGNIÇÃO	169
5.1. A garantia de imparcialidade como fundamento da jurisdição	178
5.2. O contraditório como garantia de influência e não surpresa: a perspectiva participativa de dialogicidade discursiva	188
6. HIPÓTESES DE DEBIASING A PARTIR DA TEORIA NORMATIVA DA COMPARTICIPAÇÃO E DO PRINCÍPIO DA ORALIDADE: LEITURA E APLICAÇÃO ADEQUADAS DA FASE DE SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO E DA COLEGIALIDADE RECURSAL.....	201
6.1. Cognição como atividade e procedimento.....	211
6.2. Da fase preparatória – saneamento e organização do processo. Debiasing preventivo	216
6.3. Dos princípios da colegialidade e oralidade na leitura participativa. Debiasing corretivo.....	234
6.4. A colegialidade e a oralidade como possibilidades discursivas de debiasing: valorização do dissenso interpretativo.....	248

7. UMA OUTRA HIPÓTESE DE DEBIASING ATRAVÉS DA TEORIA HERMENÊUTICA DE RONALD DWORKIN: A TESE DA INTEGRIDADE DO DIREITO E A BUSCA PELA RESPOSTA CORRETA NO PROCESSO DECISÓRIO JUDICIAL	261
8. CONCLUSÃO.....	287
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	291